

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

População define ações para 2008

Miriam Zomer



O Orçamento Regionalizado começou a ser debatido nas audiências públicas realizadas a partir do dia 11, nas cidades de São Miguel do Oeste, Joaçaba, Chapecó e Lages. Com a participação de lideranças políticas locais e

representantes de entidades representativas, são definidas as prioridades de cada regional. A partir dessa etapa, as demandas da população são apresentadas ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

e à Lei Orçamentária Anual (LOA). Na próxima semana as audiências ocorrerão nos municípios de Joinville, Blumenau, Grande Florianópolis, Criciúma e Rio do Sul. O último encontro será no dia 28

Página 10, 11 e 12

Que planeta vão herdar nossos filhos?

Alberto Neves



Na Semana do Meio Ambiente, estudantes plantam árvore na frente da AL

Página 7

Entrevista: deputado Darci de Matos (DEM) fala do trabalho como presidente da Comissão de Educação

Página 5

Imigração vêneta completa 130 anos

Arquivo de família

Entre os dias 15 e 17 os descendentes italianos em Santa Catarina têm uma programação de festas para comemorar a data. Na Assembleia Legislativa, será realizada uma sessão solene e nos municípios de Nova Veneza e Azambuja, estão sendo preparadas várias atividades. A matéria especial traz um trecho em italiano, já que esta edição do AL Notícias vai circular também no Norte da Itália.



Famílias inteiras saíram de Vêneto e se instalaram principalmente no Sul

Páginas 8 e 9

OPINIÃO

Além do discurso

A expressão "colapso ambiental", utilizada em um relatório da ONU sobre o meio ambiente, indica que além de fenômenos climáticos desastrosos, enfrentaremos um lento processo de definhamento. Soa exagerada a afirmação, mas não há nela qualquer inverdade.

A análise, chamada de "Avaliação Ecosistêmica", baseia-se em pesquisas que envolveram mais de 1,3 mil cientistas, em 95 países – entre eles, o Brasil. Suas conclusões apontam para a ameaça de um "colapso ambiental" ainda neste século. Imagine uma reação em cadeia que, gradativamente, modifica a atmosfera, o solo, o ar, até o ponto em que a vida torna-se inviável sobre o planeta.

Um efeito dominó macabro, manifestado por pequenas mudanças climáticas e pela extinção de animais e de espécies vegetais imprescindíveis ao

equilíbrio do meio ambiente. Modificações como estas, vivenciadas por nós, e que acabarão daqui a duas ou três gerações, com a extinção de boa parte das reservas naturais.

A culpa, segundo os cientistas, está exatamente no modelo de produção, baseado exclusivamente na lógica do lucro e, principalmente, do lucro em um curto prazo. Mas a questão não está em um só culpado, ou em um só problema. Somos todos culpados, e temos um cem número de problemas a resolver agora, de uma vez só. Da escassez de água à desertificação, pagamos um preço caro por não agir de forma sustentável.

Acredito que já está claro para todos que o tempo do mero discurso fácil da preservação ambiental chegou ao fim. Sim, até hoje, infelizmente grande parte da sociedade – principalmente autoridades políticas e empre-

endedores – tem no discurso da defesa ambiental uma peça de simples retórica, exercitada a cada data festiva relacionada ao meio ambiente. Mas somente isso já não adianta mais.

Empresas e governos precisam, urgentemente, incluir em suas previsões anuais o "custo meio ambiente". Esse é o item que permitirá a revisão de projetos e planos buscando um melhor aproveitamento das áreas, uma ocupação menos nociva do solo e, acima de tudo, um modelo de desenvolvimento sustentável, de manejo adequado e viável da natureza.

Podemos crescer economicamente usando os recursos com inteligência. De outra forma, não haverá mais contribuintes e consumidores que justifiquem a busca insana pelo lucro.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Ética e cidadania: A mudança nas raízes

Infelizmente, é notória a crise moral e ética que enfrentamos na atualidade, pela corrupção instalada e pela descrença nas instituições. Chegamos ao ponto de, em pesquisas de opinião pública recentes, os resultados mostrarem a descrença da população especialmente com relação à classe política, colocando todos – bons e maus – na vala comum. É uma péssima notícia não apenas para os bons políticos, mas para a Política e para a Democracia. A História nos mostra que a falta de credibilidade nos agentes políticos e no sistema é terreno propício à proliferação das ervas daninhas – exatamente aqueles maus políticos que tanto desejamos ver fora do processo.

O quadro que se instalou, temos que admitir, é grave e quase endêmico, não surgiu da noite para o dia. Por isso, entendo que temos de reagir com a máxima urgência mas tendo a consciência de que as solu-

ções a serem adotadas são "de raízes", têm que ir à base do problema. Como rever o sistema educacional e preparar melhor as nossas crianças e os nossos adolescentes, para que se tornem adultos muito melhores e possam instalar uma nova ordem moral na coisa pública.

Foi nesse sentido que encaminhamos uma indicação ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia e ao Presidente do Conselho Estadual de Educação no sentido de serem adotadas providências para intensificar os conteúdos curriculares de ética e cidadania nas escolas de ensino fundamental e médio, do Sistema Estadual de Educação.

É sabido que só por intermédio da educação poderemos formar cidadãos mais conscientes de seus compromissos éticos e morais com a sociedade, e que a Escola é instrumento essencial de controle

social, sendo responsável, por meio de suas ações pedagógicas, por estabelecer princípios de ética e cidadania em seus conteúdos curriculares.

Ao adotar as providências que estamos solicitando, ao mesmo tempo o Estado iria ao encontro do que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (a Lei número 9.394/96), onde diz que a educação tem também, por finalidade, "o preparo para o exercício da cidadania". E são fundamentos norteadores da organização curricular, os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum e à ordem democrática.

O Brasil e o mundo vivem uma crise ética e cabe a nós buscarmos as soluções. No momento, é a melhor herança que podemos deixar aos nossos filhos e netos.

Deputado Jandir Bellini (PP)



Eduardo Guedes de Oliveira

As 18 telas do artista plástico Alexandre Rios, expostas na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, hall de entrada da Assembléia Legislativa, marcam a primeira exposição oficial do artista. Os trabalhos permanecem expostos até hoje e resultam da experimentação de técnicas elaboradas num espírito de inovação, colocando nas obras sentido, vida e expressão.

[AGENDA]

- **18 de junho, 14 horas:** Audiência pública do Orçamento Regionalizado 2008 e PPA 2008/2011
Local: Auditório da Univille – Joinville
- **18 de junho, 19 horas:** Seminário para debater o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Local: Auditório da Univille – Joinville
- **19 de junho, 9 horas:** Coletiva dos artistas plásticos Andréa Ramos, Marcelo Baptista e Sérgio Muino – Boca da Bernunça
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **19 de junho, 14 horas:** Audiência pública do Orçamento Regionalizado 2008 e PPA 2008/2011
Local: Teatro Carlos Gomes – Blumenau
- **19 de junho, 19 horas:** Seminário para debater o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Local: Teatro Carlos Gomes – Blumenau
- **20 de junho, 14 horas:** Audiência pública do Orçamento Regionalizado 2008 e PPA 2008/2011
Local: Auditório da Fundação Catarinense de Educação Especial – São José
- **20 de junho, 19 horas:** Programa O Brasil em Debate – Lars Graell
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **21 de junho, 9 horas:** Audiência pública "Biocombustíveis: Alternativa ambiental e econômica para os pequenos agricultores de Santa Catarina"
Local: Auditório São José – Criciúma
- **21 de junho, 14 horas:** Audiência pública do Orçamento Regionalizado 2008 e PPA 2008/2011
Local: Auditório São José – Criciúma
- **21 de junho, 19 horas:** Seminário para debater o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Local: Auditório São José – Criciúma

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Sessão solene homenageia os 30 anos de atividades da ACIC

Associação Catarinense para Integração do Cego mantém luta contra a discriminação e pela inclusão social

Os 30 anos da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), fundada em 18 de junho de 1977, em Florianópolis, foram comemorados na noite do dia 12 em sessão solene proposta pelos deputados membros da Mesa da Assembléia Legislativa. Voltada para a promoção de ações que visem a inclusão social do deficiente visual, a entidade realiza um trabalho reconhecido por toda a sociedade. Foram várias ações neste sentido.

Em 1986, criou o Centro de Reabilitação Profissionalização e Convivência (CRPC), passando a oferecer treinamento para o pleno exercício da cidadania e a participação das pessoas cegas e com baixa visão na sociedade. O serviço cresceu e hoje dispõe de prédio próprio que atende a grande demanda de pessoas nos serviços de habilitação e reabilitação, educação, profissionalização e convivência das com deficiência visual.

De acordo com os coordenadores da entidade, a ACIC compartilha uma perspectiva crítica do homem, enquanto um ser criativo, participativo, capaz de se apropriar ativamente da realidade e atuar deliberadamente nela como um cidadão autônomo e consciente de seus direitos e deveres. O atendimento da ACIC é gratuito e aberto a todas as pessoas cegas e de baixa visão, sendo necessário apenas submeter-se aos processos de triagem e avaliação multidisciplinar que irão

subsidiar a futura programação de atendimento, com o apoio de serviço social, psicologia (individual e em grupo) e pedagogia.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), destacou que mais que comemorar a maturidade da ACIC - que se notabiliza pela seriedade e pelas iniciativas de vanguarda - o Poder Legislativo pretendeu provocar uma reflexão sobre dois conceitos que, sem dúvida, motivaram seus fundadores e continuam impulsionando os que atualmente comandam a entidade, seus colaboradores e alunos: solidariedade e inclusão social. "A solidariedade permite o desenvolvimento do potencial humano. Não é uma qualidade que se tem ou não, mas que se aprende e se ensina, partindo das mais variadas condições sociais, dos mais variados ambientes, como define o professor Sergio Luiz Boeira", comentou. Garcia acrescenta que o Brasil é o país, de acordo com especialistas, que tem uma das legislações mais avançadas em termos de acessibilidade. "O mérito é principalmente da luta dos movimentos de pessoas com deficiência, como a ACIC, que compreendem e cobram a acessibilidade e muitas outras normas". O presidente da Assembléia afirmou que assegurar os direitos sociais da pessoa com deficiência é uma luta diária de cada um de nós, trabalhando pela inclusão social e a informação, armas eficientes contra a discriminação.



Julio Garcia e Cesar Souza Júnior entregaram placa homenageando o presidente da ACIC, Adilson Ventura

Sede própria da entidade é modelo em atendimento

Sócio fundador da ACIC, o desembargador Norberto Ungaretti lembrou o início das atividades e o lançamento oficial da entidade, realizada no salão nobre da Faculdade de Direito, em Florianópolis. Citando o empresário Valério Matos, que exerce a função de tesoureiro, e Adilson Ventura, presidente há 30 anos, destacou a importância da participação, empenho e dedicação de muitas pessoas para que a entidade se estruturasse da forma que é

hoje. Para o desembargador, pela ação de pessoas como Matos e Ventura, "corretas, organizadas e solidárias", hoje a ACIC conseguiu adquirir o imóvel onde tem sua sede, e que é modelo. "A solidariedade, renúncia, despreendimento, capacidade de amar é o que faz dar certo uma associação como esta", destacou Ungaretti.

O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) destacou que a limitação de algumas faculdades acaba por se tornar uma enorme

possibilidade da pessoa exercer sua ilimitada capacidade. "A ACIC é uma instituição respeitada, que merece o reconhecimento pela sua atividade solidária prestada junto aos deficientes visuais". Receberam homenagem da Assembléia Legislativa 29 pessoas que, durante os 30 anos de existência da instituição, contribuíram para a promoção da cidadania, inclusão social dos deficientes visuais, permitindo assim sua efetiva participação na sociedade.

Assembléia participa de videoconferência sobre sistema público de comunicação

Para fomentar a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, presidida pelo deputado Luiz Couto (PT/PB), realizou, no dia 6, uma videoconferência com todas as Assembléias Legislativas do país, conectadas a partir da sede do sistema, no Congresso Nacional. Em Santa Catarina a videoconferência foi realizada em conjunto com a Comissão de Direitos

e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB).

A criação de uma rede pública de televisão, as inovações tecnológicas, a digitalização da TV, as novas possibilidades de emitir e receber mensagens, a democratização dos meios de comunicação, foram discutidas durante a videoconferência.

A videoconferência foi preparatória para o "Encontro Nacional de Comunicação - Na

Luta por Democracia e Direitos Humanos", proposto pelas Comissões de Direitos Humanos e de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, presidida pelo deputado federal Júlio Semeghini (PSDB/SP).

O evento está agendado para os dias 21 e 22 de junho, em Brasília, e vai reunir representantes de vários veículos de comunicação do país. De acordo com Júlio Semeghini, esta é a oportunidade ideal

para que o Brasil participe da construção de uma mídia estável que sirva de sustentação para a democracia. "Temos que imaginar a convergência entre a TV digital e a internet, que ajudará no desenvolvimento de um conteúdo independente".

Democracia

Couto também considera a comunicação como objeto fundamental para o exercício

da democracia em sua plenitude. "Lamento que esta conferência esteja acontecendo só agora. Vamos discutir a socialização da comunicação em nosso país, abrir espaço para a pluralidade, reforçar a cultura e discutir política públicas", defendeu. Para o deputado petista, a comunicação é mais que um negócio, é um instrumento para o exercício da democracia, inclusão social e concretização dos direitos humanos.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Darci de Matos (DEM)

“É preciso interiorizar o ensino superior”

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Darci de Matos (DEM) esclarece dúvidas sobre bolsas de estudo e fala sobre a necessidade de ampliar a oferta de vagas em cursos técnicos nas várias regiões

Denise Arruda Bortolon

AL Notícias – Qual é a importância da Comissão na discussão e nas ações para promover a interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)?

Darci de Matos - A Comissão vai capitanear todo o debate no que diz respeito à necessidade da interiorização da UFSC e da Udesc. Esperamos que, através do Plano de Desenvolvimento

da Educação (PDE), o Governo Federal possa criar esses campi em regiões pólo de Santa Catarina. É uma necessidade. Um direito que nós temos. Santa Catarina arrecada muito dinheiro, manda esses recursos para Brasília e isso tem que voltar em forma de algum benefício. A Udesc tem recursos garantidos pela Constituição Estadual, também é importante que ela possa ampliar sua cobertura. Temos só uma universidade federal e uma estadual, somos um dos estados do Brasil menor aquinhado. Quanto aos Cefets, do governo federal, doamos o terreno e recebemos uma unida-

de do centro. O governo Federal anunciou sete novos centros no estado, isso é uma boa notícia.

AL Notícias - Qual é a atual situação do Artigo 170, há alguma novidade? Como estão sendo dirigidas as discussões?

Darci de Matos - No dia 6, tivemos uma reunião com o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, que irá propor a mudanças no artigo 170. Isso porque a Constituição Estadual destina até 5% dos recursos que o Executivo aplica em Educação para bolsas do Artigo 170. O secretário acredita que o artigo deverá ser refeito porque os recursos do Fundeb e da merende escolar não deverão estar incluídos nesse cálculo. O artigo está constitucionalmente errado. Fizemos alguns apelos. Por exemplo, que o governo repasse em dia os recursos do Artigo 170 e que sejam alterados os percentuais, já que atualmente são concedidas bolsas de 100% ou de 50%. Existem estudantes que se receberem 20% conseguem se formar.

Propus o Projeto de Lei Complementar nº 17/07, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, sugerindo que os 30% dos recursos do artigo 171, que estão sem destinação porque o governador vetou parte desses recursos que iriam para a Udesc e para a UFSC, sejam destinados também para as bolsas de estudo das universidades públicas e particulares. Com esse recurso,

de mais 30%, estaríamos beneficiando alunos carentes de todo o estado, principalmente aqueles que trabalham de dia e estudam a noite. Estaremos, verdadeiramente, interiorizando o ensino superior.

AL Notícias - Como é presidir uma comissão que trata de um dos anseios da maioria da sociedade?

Darci de Matos - A responsabilidade é muito grande porque a educação é a base de tudo. Precisamos melhorar o setor em todos os aspectos, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, o ensino médio, o ensino médio técnico, até o universitário e as pós-graduações. Precisamos formar mais técnicos. Apenas 2% dos nossos jovens estão em escolas técnicas, um índice muito baixo para Santa Catarina. Precisamos conceder mais bolsas de estudo e ampliar as vagas públicas. O nosso objetivo é proporcionar o debate, a discussão, sempre objetivando a apresentação de propostas e projetos para que possamos, dentro das condições do Estado, melhorar a educação como um todo.

AL Notícias - Quais são as metas da comissão para esta legislatura?

Darci de Matos - A meta é dar vazão aos pleitos que virão, sugestões, reclamações e outras questões referentes aos temas educação, cultura e desporto.

Vamos realizar muitas audiências públicas, muitos seminários, ouvindo a sociedade sobre temas pertinentes, como formação profissional, ensino superior, bolsas de estudo, a questão da Ciência e Tecnologia, interiorização do ensino superior. Queremos debater todos os projetos que passarem pela Comissão e, com isso, contribuir para melhorar o ensino em Santa Catarina.

AL Notícias - Como a Comissão analisa a valorização do profissional de ensino?

Darci de Matos - Realizamos uma audiência pública para discutir o piso nacional para os professores. Avalio que é preciso valorizar mais os professores, se quisermos ter ensino de qualidade. Precisamos capacitar, remunerar bem o professor. Ainda temos muitos municípios, e até mesmo o próprio Estado, que não os remuneram adequadamente. Tudo o que a comissão puder fazer, vai ser feito nesse sentido.

AL Notícias - O que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) trará de novo para as políticas voltadas para a educação de Santa Catarina?

Darci de Matos - Espero que esse plano traga recursos para a implantação de escolas técnicas, implantação de campi federal, para capacitação, pesquisa, trabalho de extensão das universidades. A princípio, no papel, é um bom plano. Esperamos que ele possa se tornar realidade.

Eduardo Guedes de Oliveira



Saiba mais

Nome: Darci de Matos

Idade: 45

Natural de: Cascavel / PR

Partido: Democratas

Regiões do Estado que representa: Joinville, Região Norte e Vale do Itapocú

Atividade: Professor universitário e economista

Legislaturas: Nas eleições de 2000, foi eleito vereador para a Câmara de Joinville e em 2004 foi reeleito, com 7.396 votos. Neste período, foi duas vezes escolhido para presidir a Câmara. Nas eleições de outubro de 2006, candidatou-se a uma vaga no Parlamento estadual, elegendo-se com mais de 48 mil votos.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Presidente: Darci de Matos (DEM)

Vice Presidente: Pedro Uczai (PT)

Membros: Ada De Luca (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Professor Grando (PPS), Silvio Dreveck (PP)

Chefe de Secretaria da Comissão: Miguel A. Atherino Apóstolo

Reuniões: Quartas-feiras às 08:00 horas

Email: ceccd@alesc.sc.gov.br

Telefone(s): 3221.2593

Localização: Térreo

Cabe à Comissão, entres outros assuntos, exercer sua função legislativa e fiscalizadora sobre:

I - assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais;

II - sistema esportivo estadual, sua organização, política e plano estadual de educação física e esportiva;

III - desenvolvimento cultural, patrimônio histórico, artístico e científico;

IV - plano estadual de educação, aprovado por lei, articulado com os planos nacional e municipais de educação,

elaborado com a participação da comunidade;

V - aplicação dos recursos estaduais e municipais destinados à educação, prioritariamente, nas escolas públicas;

VI - concessão de bolsas de estudo e prestação de assistência técnica e financeira;

VII - ensino superior desenvolvido com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo a produção e difusão do conhecimento e a formação de recursos humanos.

Ciclo de debates na Assembleia discute ética

Evento é parte do Programa de Valorização do Parlamentar Catarinense

Foi iniciado na noite do dia 14, no auditório Antonieta de Barros, o 1º Ciclo de Debates sobre Ética na Política, promovido pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa, presidida pela líder do PRB, deputada Odete de Jesus. Tendo como convidado para palestrar o jornalista Luiz Carlos Prates, o ciclo faz parte do Programa de Valorização do Parlamentar Catarinense e irá abranger, no biênio 2007/2008, as cinco grandes regiões que dividem o estado.

De acordo com a presidente da Comissão, "o programa tem o intuito de promover um amplo debate entre a sociedade catarinense e a classe política, pois queremos que os parlamentares sejam cada vez mais representativos". Para Odete, "a corrupção tem que ser eliminada ou, pelo menos, reduzida de nossas vidas. E isso só se consegue com



Luiz Carlos Prates: "Não existe ética na política. O que existe é ética"

eleitores mais conscientes".

Além do ciclo de debates, que trará ao estado várias personalidades como o presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Ricardo Izar, o programa vai publicar cartilhas destinadas à população sobre a fiscalização do dinheiro público, ética, moralidade, entre outros temas. "A

idéia é fazer uma associação com o Ministério Público, o Judiciário e outras instituições que possam ajudar no aprimoramento dessa discussão", destacou a deputada. Antes do evento, Luiz Carlos Prates resumiu seu pensamento sobre o assunto: "Ética na política é uma expressão que não existe. O que existe é ética".

Escola do Legislativo realiza evento sobre Reforma Política

Para conhecer o pensamento da sociedade e debater com ela a necessidade de uma reforma política no país, a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina promoveu amplo debate sobre o tema. A discussão aconteceu durante todo o dia 1º, no Auditório Antonieta de Barros, que ficou lotado e teve acentuada participação de estudantes.

O encontro foi aberto no início da manhã pelo presidente da Escola, Joares Ponticelli (PP), e teve

mesa-redonda e palestra com o cientista político Lúcio Rennó, do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação para as Américas da Universidade de Brasília (UnB). Participaram da abertura os deputados Odete de Jesus (PRB) e Sargento Soares (PDT), o secretário da Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, o presidente da Câmara de Vereadores da Capital, Ptolomeu Bittencourt Júnior (DEM), e o presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado dos Santos.

Na abertura, Ponticelli falou da necessidade de ser promovida uma mudança radical nas leis que regem a política brasileira. Salientou que o Brasil está ficando para trás em termos de atualização política até em relação a outros países da América Latina, "como o conservador Chile, que há pouco tempo elegeu uma mulher para a Presidência". O deputado enfatizou que a questão é séria e urgente. "Estamos aqui para discutir qual é a reforma que queremos", disse o deputado.



Ponticelli: "É preciso uma mudança radical nas leis que regem a política"

Sociedade pressiona por mudanças

A discussão sobre a reforma política baseia-se em quatro pontos fundamentais: fidelidade partidária, financiamento público de campanhas, organização partidária e lista pré-ordenada de candidatos nas eleições. "É aí que vai residir o grande debate. Defendo a lista, mas que ela seja aberta, discutida com a militância", pensa Ponticelli.

Juntamente com a deputada Odete de Jesus, Ponticelli argumenta que, se a lista for fechada, a participação da mulher será praticamente nula. "Não é que eu não acredite que não será votada

uma boa lei. Queremos é que seja amplamente debatida."

O professor Lúcio Rennó salientou que o sistema político brasileiro vem sendo reformulado superficialmente nos últimos 10 anos. Ele lembrou que a reforma mais profunda foi a da verticalização e disse que tudo o que tem sido feito foi de iniciativa ou do Judiciário ou do Poder Executivo.

Mas hoje, com a pressão feita pela sociedade, especialmente em função das denúncias relacionadas aos políticos, o tema começa a ser urgente. "É uma discussão polêmica e complexa.

Difícilmente os partidos políticos tomarão um posicionamento em bloco e por isso esclarecimentos são necessários para que haja uma tomada de posição", explicou.

Na parte da tarde a palestra foi de Antônio Flávio Testa, pesquisador de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Administração da UnB. Ele falou sobre "Reforma Política e Democracia – Caminhos para o Aperfeiçoamento Institucional do Brasil". A palestra de encerramento foi do promotor público e especialista em Direito Eleitoral, Pedro Docamain.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS

Vinculada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia, a Coordenadoria de Recursos Materiais (CRM) tem o objetivo de cuidar dos assuntos referentes aos equipamentos e mobiliários da Assembleia Legislativa. Portanto, cabe à CRM realizar atividades como iniciar e concluir o processo licitatório, orçar e realizar todas as compras, organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, emitir ordens de compra, propor a convocação de comissão especial para instruir procedimento de doação de bens inservíveis, bem como supervisionar os serviços das Gerências de Almoarifado e de Patrimônio, suas subordinadas.

Gerência de Patrimônio - Cabe a esta gerência, orientar e supervisionar as atividades de patrimônio da Casa, além de controlar a entrada, a movimentação e a baixa de móveis e utensílios, mantendo atualizado o tombamento de bens de caráter permanente; providenciar a substituição dos bens patrimoniais inservíveis; assessorar tecnicamente a comissão especial de doações de bens inservíveis; elaborar normas e balancetes; diligenciar os registros contábeis dos bens patrimoniais; providenciar a reposição dos bens patrimoniais irrecuperáveis; responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos e mobiliários estocados; e receber, conferir, armazenar e distribuir todos os materiais, equipamentos e mobiliários, atividade realizada em conjunto com a Gerência do Almoarifado.

Gerência do Almoarifado - Entre as atribuições desta gerência estão o controle, a entrada e a saída do material do almoarifado; o fornecimento de um relatório mensal e outro anual à Coordenadoria de Contabilidade; a manutenção do arquivo de controle das reposições, empenhos e notas fiscais referentes a entrada e saída mensal dos materiais; a organização e a distribuição dos materiais de consumo e ou permanente, de acordo com a classificação; a coordenação e fiscalização da distribuição do material de consumo e do material permanente nos diversos setores; a conferência das mercadorias adquiridas de acordo com a nota fiscal constante nos autos dos respectivos processos e, ainda, manter atualizada na intranet a listagem dos materiais disponíveis pela Assembleia Legislativa.

Fonte: Coordenadoria de Recursos Materiais

INSTITUCIONAL

Cultura açoriana tem seu Fórum reinstalado

João Eduardo Lupi, cônsul de Portugal: "Apoiar e respeitar a cultura é alimentar o espírito da sociedade"

Muita música e alegria. Foi dessa forma que ocorreu a reinstalação do Fórum Parlamentar Permanente da Cultura Açoriana, coordenado pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM) e realizada no dia 31 de maio no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Assembléia Legislativa. Funcionando desde março de 2006, o Fórum tem por objetivo ser instrumento para a valorização, preservação e expansão da cultura açoriana catarinense, além de estimular discussões sobre a cultura no litoral de Santa Catarina.

O evento começou com a apresentação do grupo Folia do Divino, do Pântano do Sul, bairro de Florianópolis. O grupo interpretou cantorias que são entoadas nas casas do bairro durante os festejos do Divino Espírito Santo, uma das tradições mais importantes da cultura açoriana.

Segundo Cesar Souza, o Fórum também pretende apoiar e realizar intercâmbios, seminários e congressos que visem ao fortalecimento da cultura do arquipélago dos Açores. "A reinstalação desse Fórum é de extrema importância para o

Legislativo e contou com o apoio do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia (DEM). Por isso, com certeza, vamos trabalhar forte para viabilizar ações que consigam manter acesa a cultura açoriana no Estado", disse.

O cônsul de Portugal, João Eduardo Lupi, fez um pronunciamento a favor da cultura açoriana e afirmou que é preciso debater, decidir e colocar as questões em prática. "Nós nos orgulhamos de viver uma cultura estritamente popular, uma cultura baseada nos pescadores. Quero aqui chamar a atenção de todos para o aprofundamento do tema. Manter viva essa chama é manter viva a cultura dos nossos patriotas", conclamou. O palestrante ainda lembrou que todas as culturas do mundo devem ser respeitadas. "Apoiar e respeitar a cultura é alimentar o espírito da sociedade."

Histórico

Um breve histórico das ações realizadas pelo Fórum no ano passado foi apresentado pelo vice-coordenador, Francisco



Evento teve a participação de vários grupos culturais, folclóricos e religiosos ligados à etnia

Garcia. Foram discutidas a instituição do Conselho do Fórum, com a participação de prefeitos e vereadores do litoral catarinense, a criação dos grupos setoriais (artesanato, folclore, pesquisa), a instituição do selo comemorativo dos 260 anos do povoamento Açoriano (1748-2008) e parcerias para as comemorações dos 100 anos do nascimento de Franklin Cascaes, considerado o maior

disseminador do folclore açoriano de Santa Catarina. Os debates ocorreram em três reuniões realizadas no ano passado, nos municípios de Itajaí, Araquari e Imbituba.

Atendendo a um pedido de vereadores de Itapoá, César Souza informou que a primeira reunião para discutir as ações de 2007 deverá acontecer neste município. O evento foi concluído

com a apresentação de grupos folclóricos que representam a cultura açoriana.

Participaram do encontro a diretora de Difusão Artística da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Mary Elisabeth Benedet Garcia, e o coordenador-geral do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da Universidade Federal de Santa Catarina (FSC), Joi Clétison Alves.

Contas do governo chegam à AL

O presidente da Assembléia Legislativa, Julio Garcia (DEM), recebeu no dia 6 de junho, das mãos do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), José Carlos Pacheco, o processo (PCG-07/00113037) que trata das Contas/2006 do governo estadual, contendo o relatório técnico e o parecer prévio do TCE sobre a matéria. O processo recomenda a aprovação, mas faz cinco ressalvas e 14 recomendações. Na oportunidade, estavam presentes o relator da peça, vice-presidente do TCE e conselheiro Wilson Wan-Dall, membros do corpo deliberativo e representantes do Ministério Público.

Recebido o processo, a Mesa da Casa o encaminhou à Comissão de Finanças e Tributação, que tem prazo de trinta dias para apresentar parecer prévio, concluindo com projeto de decreto legislativo. "Nós, do Tribunal de Contas, estamos cumprindo nossa missão constitucional entregando as contas do Estado de 2006 para essa presidência", frisou José Pacheco.

Por sua vez, Julio Garcia recebeu a matéria afirmando que a "Assembléia Legislativa está no

seu dever constitucional que é de receber as contas do Estado e, de acordo com o regimento interno, encaminhar à comissão competente, para depois fazer a apreciação em Plenário. Ao Poder Legislativo compete acompanhar a adequação do governo aos tópicos apontados". O relator da matéria no TCE observou que 17 pessoas realizaram um trabalho aprofundado. "Nosso julgamento é de conhecimento técnico. Agora, cabe à Assembléia fazer o julgamento político", disse Wan-Dall.

As ressalvas e recomendações nas contas do governo obedeceram à média observada nos outros três anos da administração de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Em 2005 foram também cinco ressalvas e 11 recomendações; em 2004, oito ressalvas e 15 recomendações e, em 2003, sete ressalvas e 22 recomendações. Nos últimos dez anos, todas as contas tiveram ressalvas e recomendações, mas acabaram aprovadas. Apenas em 1996 e 1998, quando do governo de Paulo Afonso Vieira (PMDB), as contas foram rejeitadas pelo Tribunal.

Ressalvas

1 – Ocorrência de déficit Orçamentário – no valor de R\$ 40,24 milhões, representando 0,51% em relação à receita arrecadada;

2 – Ocorrência de déficit financeiro – de R\$ 140,34 milhões, apurado no balanço patrimonial;

3 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior – destinação de recursos da ordem de R\$ de 28,25 milhões, abaixo dos 3,75% - R\$ 55,17 milhões – estabelecidos no Artigo 170 da constituição do Estado;

4 – Não cumprimento das metas fiscais – exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

5 – Ocorrência de "Insuficiência Financeira" de R\$ 193,72 milhões (ajustado pelo TCE), o que pode indicar descumprimento do artigo 42 da LRF e comprometer a gestão fiscal dos exercícios futuros.

Trabalho infantil é tema de audiência pública

Como resultado da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), pela passagem do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, se buscará apresentar de maneira mais completa os programas desenvolvidos em alguns municípios sobre o tema. A deputada vai intermediar contato com o governador Luiz Henrique da Silveira para que tome conhecimento e tenha estes programas como exemplo, adotando-os como política pública. Vem de São Miguel do Oeste, município do Extremo-Oeste catarinense, o exemplo de uma das ações que apresentaram o melhor resultado.

De acordo com o Coordenador Estadual do Centro de Apoio às Promotorias da Infância e Adolescente do Ministério Público, Gilberto Polli, a angústia maior nesta situação está na escassez de recursos para ações públicas. Diante disso foi desenvolvida a campanha de erradicação do trabalho e mendicância infantis nas ruas, com apoio da 1ª Promotoria de Justiça. Inicialmente, foi feito um cadastro das crianças envolvidas

naquele contexto. Foram cadastradas 60 crianças, com o nome dos pais, o que faziam no momento da abordagem e resumo da situação familiar. "Os pais eram os principais responsáveis para que as crianças estivessem nas ruas fazendo com que o sustento familiar fosse provido pelos filhos. A grande maioria destas famílias recebia algum auxílio do governo federal ou municipal como o programa Bolsa Família, sem, no entanto, cumprir a condição exigida pelo programa", comenta Polli.

Outra medida adotada foi o ingresso de ação civil pública para que o município garantisse o acesso à escola e creche para que os pais pudessem trabalhar. Para Acir Alfredo Hack, representante do Ministério Público do Trabalho, a proteção integral da criança e do adolescente passa por todas as instituições. A Procuradora do Trabalho e representante do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, Alice Sonego Borner, comentou que somente a lei não contribui para a melhora efetiva da condição humana, tendo que estar inserida na consciência das pessoas.

INSTITUCIONAL

Semana do Meio Ambiente alertou para os desafios para a preservação do planeta

Durante a programação, foi lançado o programa interno da Assembléia denominado “Consciência Limpa”

A Semana do Meio Ambiente, promovida pela Assembléia Legislativa nos dias 4 e 5, por intermédio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, teve como eixo temático “Perspectivas sobre Mudança Climática”. A palestra de abertura foi “Prováveis Mudanças na Climatologia no Sul do Brasil Ocasionalmente pelo Aquecimento Global”, ministrada por Reinaldo Haas, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutor em Meteorologia pela USP.

Marcaram presença os deputados Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, os deputados Renato Hinnig (PMDB), professor Sérgio Grandó (PPS) e Odete de Jesus (PRB), Antonio Waldir Vituri, diretor da Eletrosul, e Hugo José Braga, representando o presidente da Epagri, Murilo Xavier Flores.

“Nosso desafio é refletir so-

bre esse tema tão importante e abrangente.

Devemos ter em mente que o combate depende de ações globais, seja das políticas públicas ou das atitudes pessoais”, destacou Décio.

O palestrante abordou os conceitos de aquecimento global, efeito estufa e escurecimento global (redução do fluxo da radiação solar), além de relatar as causas das mudanças climáticas. De acordo com Reinaldo, a temperatura vai continuar subindo, como vem ocorrendo desde a década de 70. Segundo o professor, para a Ilha de Santa Catarina se prevê um aumento de cinco metros do nível do oceano a cada século.

Consciência Limpa

Para criar uma nova consciência e estimular a mudança de atitude em relação ao destino do lixo

que é produzido pela sociedade, a Assembléia Legislativa lançou, no dia 5, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Programa Consciência Limpa. O lançamento aconteceu durante a sessão plenária, tendo como público-alvo os funcionários do Poder. O objetivo é implantar na Casa a prática de separação adequada de todo o material utilizado.

A Escola do Legislativo, com a colaboração da Associação Cultural Nova Acrópole, realizou encontros para a capacitação de todos os servidores em relação à reciclagem do lixo e da sua reutilização. Os participantes receberam cartilhas contendo informações sobre a natureza e os problemas ambientais.

O grupo gestor do programa da Assembléia encara a coleta seletiva como uma corrente de três elos: educação ambiental (já



Alberto Neves

Reinaldo Haas: temperatura vem subindo desde a década de 70

iniciada), destinação e logística. Também são parceiros do programa a Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa de San-

ta Catarina (Afalesc) e o Sindicato dos Funcionários da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Sindalesc).



Eduardo Guedes de Oliveira

Hugo Braga, da Epagri/Ciram, avisou que comportamento das chuvas afeta a captação de água na superfície

Mudanças climáticas são sentidas em SC

Desde 1988, uma rede de cientistas, estabelecida através do Painel Intragovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), dedica-se ao estudo das alterações climáticas. Com base em dados obtidos, Hugo Braga, chefe do Centro de Informações de Recursos Ambientais (Epagri/Ciram), afirmou que os impactos destas mudanças já são verificados em Santa Catarina.

Estudos realizados pelos pesquisadores do Epagri/Ciram apontam para um forte aquecimento do ar ao longo dos anos. Nas regiões de baixa temperatura, como o

município de São Joaquim, registrou-se tendência de elevação de 3°C. Em Florianópolis, este fator foi negativo em 0,3°C.

Mudanças nos índices de chuvas também são observadas. Em Chapecó, por exemplo, confirmou-se uma elevação de 37,7 mm de precipitação ao longo dos últimos 38 anos. Mudanças neste ponto afetam a captação de água na superfície.

Vários modelos climáticos sugerem que chuvas torrenciais serão mais intensas, provocando um aumento em inundações e

escoamento, reduzindo a possibilidade de infiltração de água no solo. Por outro lado, situações de secas intensas durante o verão podem agravar o estresse térmico afetando animais do campo, provocando prejuízos na agricultura e aumentando o número de incêndios florestais, além de maior pressão nos recursos hídricos.

Hugo Braga defende como condições centrais para se enfrentar este problema repensar as matrizes e consumos de água e energia, a emissão de efluentes e resíduos, o transporte e a biodiversidade.

Mesa Redonda debate Políticas Públicas e Recursos Naturais

Na parte da tarde, o deputado Décio Góes (PT) comandou uma mesa redonda que teve como tema “Mudanças Climáticas, Políticas Públicas e Recursos Florestais”. Participaram do encontro Manyu Chang, doutora em Meio Ambiente e coordenadora do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, Lauro Andrade, diretor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Murilo Xavier Flores, presidente da Epagri, e João de Deus Medeiros, doutor em Biologia e professor da UFSC.

Manyu Chang traçou um histórico da implantação do Fórum no estado do Paraná, um dos precursores desta ação. O Fórum Brasileiro, implantado em 2000, foi o pioneiro, seguido de São Paulo e Paraná, ambos criados em 2005. Entre os objetivos dos fóruns estão a mobilização e conscientização da sociedade a respeito das Mudanças Climáticas Globais, subsidiando a elaboração e implementação de políticas públicas específicas, em articulação com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e com a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas.

Em sua explanação, Lauro An-

drade disse que, com base em uma nova economia, fundamentada em sustentabilidade e inovação, as novas políticas públicas estão intrinsecamente ligadas à redução do consumo energético, à mudança de matriz energética, às novas tecnologias, à utilização eficiente das fontes de energia, à consciência ecológica e ao desenvolvimento econômico. Para se atingir de forma eficiente estes objetivos, a Secretaria do Meio Ambiente prepara uma Lei de Inovação e um Programa Estadual com Vistas à Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a apresentação feita pelo presidente da Epagri, Murilo Xavier Flores, as mudanças climáticas já têm reflexos claros sobre a produção rural. “Algumas políticas públicas começam a ser estabelecidas para o setor, como é o caso das ações para proteção de matas nativas e mananciais de água. Mas há muito ainda a ser feito.”

Para o professor e biólogo João Medeiros, o apelo imediato das ações orquestradas em prol dos recursos naturais não é suficiente. “É preciso buscarmos metas também a longo prazo, pois essas farão diferença real no futuro”.

ESPECIAL

SC comemora os 130 anos da presença vêneta

Verlaine Silveira

Comemoram-se em 2007 os 130 anos da presença vêneta em Santa Catarina. Precusores na ocupação de parte do território catarinense, os italianos se estabeleceram no Sul do estado a partir de Azambuja, localidade junto às margens do rio Pedras Grandes. As primeiras habitações foram instaladas em 16 de abril de 1877, com 291 imigrantes que se situaram num local conhecido por Morrinhos.

Pedras Grandes era também o nome da localidade junto à foz do rio, um dos afluentes do rio Tubarão, entre as cidades de Laguna e Tubarão. Ali também era pouso para os que desciam ao litoral, ao longo do rio, e onde estava uma estação da estrada de ferro Dona Thereza Christina, usada pelas minas de carvão de Lauro Müller.

O engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, em 1877, vindo do Maranhão, foi quem fundou a primeira colônia italiana no Sul catarinense. Era funcionário do Império, tendo sido nomeado pelo presidente da Província, Alfredo de Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay, em 21 de novembro de 1876, para chefiar a comissão encarregada de medir as terras devolutas na região. Eram terras públicas que ainda não tinham sido divididas em sesmarias.

A partir de 1878, vários imigrantes foram assentados em Urussanga. Em 1880, 22 famílias italianas fundaram Criciúma e, posteriormente, em 1891, Nova Veneza.

Em 1892, o presidente da República, marechal Floriano Peixoto, decidiu conter o fluxo migratório para o Sul do Brasil. O motivo: a revolução federalista.

Festa acontece de 15 a 17 deste mês

Para unir a colônia italiana em Santa Catarina e reforçar os laços com a Itália nas comemorações destes 130 anos, a Comitato delle Associazione Veneti di Santa Catarina (Comvesc) e o Fórum Parlamentar Italo-brasileiro, presidido pelo deputado Décio Góes (PT), elaboraram uma programação especial. Por proposição do deputado, a Assembléia Legislativa faz uma sessão solene no dia 15 de junho para comemorar a data. No sábado há um encontro em Nova Veneza e, no domingo, o grande encontro em Azambuja,

com caminhada, missa, coral italiano e outras atrações.



Góes preside Fórum Italo-brasileiro

PROGRAMAÇÃO

Dia 15 (sexta-feira) - Sessão Solene na Assembléia Legislativa, às 19 horas, com a presença de autoridades italianas e brasileiras, do cônsul da Itália em Curitiba, Riccardo Battisti, do presidente do Consiglio Veneto (Itália), Vittorio Speranza, prefeitos e secretários de estado italianos;

Dia 16 (sábado) - Atividades em Nova Veneza - a capital Vêneta em Santa Catarina;

Dia 17 (domingo) - Encontro em Azambuja. Haverá caminhada, missa, apresentação de dança do Grupo La Montanara, do Coral Italiano de Praia Grande, do Coral Italiano Infantil e outras atrações. A missa será celebrada pelo bispo Dom Paulo de Conto e concelebrada por vários padres.



Em 1880, trabalhadores italianos se uniram na construção de um barracão que serviu de abrigo para as primeiras famílias de imigrantes

Eventos da etnia italiana fortalecem turismo



Danças típicas e corais são comuns entre descendentes das famílias vindas do Vêneto

O Sul do estado, que teve a maior corrente migratória italiana, especialmente do Vêneto, é reconhecido turisticamente pelas festas que realiza. Entre as maiores realizações estão festas italianas que, ao longo do ano, recebem milhares de turistas. A colonização italiana está mais presente em municípios como Urussanga, Nova Veneza e Orleans, onde a cultura desses imigrantes está mais arraigada. Em Urussanga, por exemplo, a cada dois anos, nos anos pares, acontece a Festa do Vinho. Nos anos ímpares é a festa Ritorno Alle Origini, que neste ano tem a sua 10ª edição.

Quem quiser provar dos melhores vinhos, salames e queijos e vários outros produtos da colônia italiana, deve visitar esses municípios. Valorizando ainda mais a cultura, em Urussanga encontra-se, no interior da Igreja Matriz, uma réplica da Pietá, de Michelangelo, doada pelo Vaticano. Em Nova Veneza, a

Festa de Nossa Senhora do Caravaggio é uma das mais importantes da região.

Mas as realizações não param por aí. Estendem-se a outros municípios onde há fortes traços da cultura italiana, como Tubarão, que faz uma das mais concorridas festas da etnia, no calçadão da cidade. Trata-se da Festa da Fortaia, prato típico italiano feito com ovos, queijo e leite frescos.

Na mesma região, Gravatá faz a sua Festa Italiana no próximo dia 21. No Oeste catarinense, Chapecó promoveu no dia 2 deste mês a VI Festa da Colonização Italiana. Em Ouro, município do Meio-Oeste fundado em 20 de outubro de 1906 por descendentes de imigrantes italianos provenientes do Rio Grande do Sul, em maio é feita a Romaria de Nossa Senhora do Caravaggio e, no segundo domingo de junho, acontece a Festa Colonial Italiana de Linha Sagrado, junto com o Festival da Canção Italiana.

130 anni di presenza veneta in Santa Catarina

Si festeggiano quest'anno i 130 anni della presenza veneta in Santa Catarina. Precursori del popolamento di parte del territorio catarinense, gli italiani si stabilirono prima al sud dello Stato di Santa Catarina ad Azambuja, una piccola località sulla riva del fiume Pedras Grandes. Le prime abitazioni furono installate nel 16 aprile 1877, con 291 immigranti che si alloggiarono in un posto conosciuto allora come Morrinhos.

Provenuto dal Maranhão l'ingegnere Joaquim Vieira Ferreira, nel 1877 fondò la prima colônia italiana nel sud catarinense. Era funzionario dell'impero. Fu nominato dal presidente della Província, Alfredo de Escagnolle Taunay, il Visconte di Taunay, nel 21 novembre 1876 comandante della commissione incaricata di misurare le terre devolute nella regione. Queste erano terre pubbliche che non furono state divise nelle sesmarias.

Nei 1878 vari immigranti furono

sistemati ad Urussanga. Nel 1880, 22 famiglie italiane fondarono Criciúma e nel 1891 Nova Veneza.

Poi innumerevoli municipi si svilupparono con la prima e la seconda generazioni di italo-brasiliani discendenti degli immigranti, furono fondate le città Lçara, Turvo, Meleiro, Siderópolis, Treviso, Jacinto Machado, Maracajá, Orleans, Lauro Muller, Sangão, Morro Grande.

Lavoratori operosi gli italiani coltivarono la terra, costruirono le città, le fabbriche, le scuole, il commercio, il paesaggio. Accentuarono le preferenze religiose, i suoi santi e le sue preghiere.

Ancora oggi le nonne preparano tante golosità nelle feste delle parrocchie e un gran numero di associazioni cerca di congiungere i discendenti italiani in Santa Catarina, mantenendo accesa la memoria dell'immigrazione, della festa di San Marco patrono di Venezia e della piccola Azambuja.



Fonte: Wikipedia

O Vêneto é uma região do norte da Itália com 4,5 milhões de habitantes e 18.264 km². Sua capital é Veneza. Tem limites a Leste com o Friuli-Venezia Giulia e o Mar Adriático, a Norte com a Áustria, a Noroeste com o Trentino-Alto Ádige, a Oeste com a Lombardia e ao Sul com a Emilia-Romagna.

Gemellaggio

Urussanga tem acordo de cooperação com a cidade vêneta de Longaroni, o que é denominado de gemellaggio, em italiano. O significado é "cidades gêmeas", ou "cidades irmãs". No dia 2 deste mês, foi renovado o gemellaggio entre Urussanga e Longaroni, com a presença do deputado Décio Góes, presidente do Fórum Parlamentar italo-brasileiro da Assembléia.

Imigração deu origem a várias cidades

Numerosos municípios foram surgindo com a primeira e segunda geração de italo-brasileiros, descendentes dos imigrantes. Foram fundados Lçara, Turvo, Meleiro, Siderópolis, Treviso, Jacinto Machado, Maracajá, Orleans, Lauro Müller, Sangão, Morro Grande.

Trabalhadores incansáveis, os italianos plantaram alimentos, construíram cidades, fábricas, escolas, comércio. Fizeram paisagens, introduziram o hábito da

salada na comida diária, das massas e, além disso, acentuaram preferências religiosas, seus santos e suas rezas. É tradição ainda hoje as nonas, avós italianas, prepararem pães e guloseimas nas festas das paróquias.

Atualmente, um grande número de associações proporciona a união dos descendentes italianos, mantendo viva a memória da imigração, da festa de San Marco, padroeiro de Veneza, e da pequena Azambuja.

Os primeiros núcleos criados

Urussanga

Embora a área já tivesse alguns moradores, o povoamento intenso aconteceu somente com a chegada dos colonizadores italianos, em 1878. Com essa influência, desenvolveu-se a vitivinicultura na região.

Grão Pará e Orleans

Receberam uma considerável população italiana, Grão Pará, em 1882, e Orleans, em 1885. A área integrava parte do terreno que foi dote da princesa Dona Isabel, herdeira do trono de D. Pedro II, casada com o Conde D' Eux, de Orleans (França).

Criciúma

Foi povoada como colônia italiana a partir de 1880, sobre o curso médio de um afluente do rio Araranguá. Passou a distrito em 1892. A exploração das minas de carvão e a extensão da ferrovia foram essenciais para a prosperidade da região.

Nova Veneza

Intensamente povoada em 1891 por uma empresa que trouxe imigrantes do Norte da Itália, teve seu nome escolhido pelo predomínio dos venezianos.

Foi distrito de Criciúma até 1912 e transformado em município em 1958. O padroeiro da paróquia é São Marcos, como na famosa Catedral de Veneza.



Gastronomia italiana agrada o paladar dos brasileiros

ORÇAMENTO

Estado discute o Orçamento Regionalizado

De 11 a 28 de junho, catarinenses estão envolvidos em definir os melhores caminhos para o desenvolvimento

Os deputados estaduais estão desde o dia 11 discutindo com a população o Orçamento Regionalizado (OR), que deve conter todas as obras a serem realizadas pelo Executivo em 2008. Dos nove encontros regionais participam as lideranças políticas locais e entidades representativas, as audiências contam ainda com o trabalho de técnicos ligados à Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa, das secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Gestão.

Entre as atividades realizadas em cada uma dessas reuniões constam, por exemplo, a discussão e definição, por grupos de trabalho, das condições necessárias para o desenvolvimento regional, com posterior leitura das prioridades apresentadas ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual a serem executados pelo governo nos próximos quatro anos.

Em reunião realizada anteriormente na Comissão de Finanças e Tributação, responsável pelo processo, os parlamentares decidiram manter o mesmo número de emendas do ano passado: três prioridades que serão incluídas como emenda ao Orçamento de 2008, por área de abrangência de cada regional.

Para o PPA 2008-2011, ficou definido o número de 12 emendas. Também será preparado um material para que se dê conhecimento sobre o que já foi executado em relação às prioridades apontadas nos encontros de 2006.

As audiências públicas serão encerradas no dia 28 de junho. Nesta edição, o AL Notícias traz o resultado dos encontros realizados em São Miguel do Oeste, abrangendo ainda as regionais de Dionísio Cerqueira, Itapiranga e Maravilha; da audiência de Chapecó, com discussões também sobre as regionais de Palmitos, Quilombo, Xanxerê, Seara e São Lourenço do Oeste; de Joaçaba, atendendo igualmente as regionais de Campos Novos,



Fotos: Miriam Zomer

No auditório da Unoesc ocorreu a primeira de nove audiências públicas que vão percorrer todo o estado

Concórdia e Videira; e, por último, do encontro de Lages, com debates sobre as regionais de Caçador, Curitiba e São Joaquim.

Na próxima semana, o AL Notícias continuará a cobertura das demais audiências públicas do Orçamento Regionalizado, trazendo

os resultados dos encontros das regionais de Joinville, Blumenau, Grande Florianópolis, Criciúma e Rio do Sul.

Na primeira audiência pública, quatro regionais em foco

O auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em São Miguel do Oeste, recebeu no dia 11 mais de 100 pessoas para a primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado, de um ciclo de nove encontros. O trabalho é conjunto entre Assembleia Legislativa e governo do Estado, com a finalidade de eleger 12 demandas que deverão ser incluídas no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 e outras três que devem constar no Orçamento Estadual de 2008.

Estiveram reunidos em São Miguel do Oeste representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) de São Miguel do Oeste, Maravilha, Itapiranga e Dionísio Cerqueira, de Conselhos de Desenvolvimento Regional, da Justiça, da Unoesc, de entidades e da sociedade organizada, além dos deputados Jorginho Mello (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Padre Pedro Baldissera (PT), Jandir Bellini (PP), Odete

de Jesus (PRB), Décio Góes (PT), Renato Hinnig (PMDB), Dirceu Dresch (PT), José Natal Pereira (PSDB), Sargento Soares (PDT), Gelson Merísio (DEM) e Narcizo Parisotto (PTB). Conforme Jorginho, os parlamentares estão cumprindo o que determina a lei e por isso precisam ir até as comunidades para colher dados para acrescentar na peça orçamentária.

No quadro abaixo, os destaques entre as prioridades definidas para as regionais de São Miguel do Oeste, Dionísio Cer-



Hospital Regional de São Miguel do Oeste foi elencado entre as prioridades

Prioridades: Saúde, água, aeroporto e rodovias

Regional de Dionísio Cerqueira: serviço público de saúde (OR/PPA); distribuição de insumos básicos aos pequenos produtores (OR/PPA); implementação, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água (OR/PPA); adequação e melhoria da infra-estrutura do aeroporto (PPA); divulgação do turismo da região (PPA) e construção de unidade da SSP (PPA).

Regional de Maravilha: apoio à implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água do meio rural (OR/PPA); pavimentação, conservação e conclusão

de rodovias: SC-471, no trecho Romelândia - Anchieta; SC-469, entre Saudades e São Carlos (OR/PPA); implantação de programas para tratamento de dejetos suínos (PPA); fomento na implantação de pequenas agroindústrias (PPA); ações suplementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro (PPA) e moradia rural (OR/PPA).

Regional de São Miguel do Oeste: conclusão do acesso a Barra Bonitas (OR/PPA); equipamento imobiliários para o Hospital Regional de São Miguel do Oeste (OR/PPA); reforma no aeroporto Regional de São Miguel do Oeste (OR/PPA); terraplanagem dos trechos do município de

Bandeirante a Belmonte, São Miguel do Oeste e Paraíso (PPA).

Regional de Itapiranga: apoio ao sistema viário municipal (OR/PPA); construção, ampliação e reforma do ensino fundamental (OR/PPA); realização e participação em ações de desenvolvimento regional (OR/PPA); ações programáticas em saúde na área de assistência farmacêutica (PPA); reestruturação do aeroporto regional de Itapiranga (PPA); pesquisa, assistência técnica e extensão rural (PPA), apoio ao desenvolvimento do programa Microbacias 2 (PPA).

ORÇAMENTO

Fotos: Miriam Zomer



Deputados se colocaram à disposição para lutar pelas demandas populares

Crescimento econômico entre as metas do segundo encontro

A segunda audiência pública do Orçamento Regionalizado aconteceu na tarde do dia 12, na UnoChapecó, em Chapecó, com abrangência também sobre as regionais de Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Palmitos, Quilombo e Seara. O trabalho foi coordenado pelo presidente da Comissão de Finanças e da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, deputado Jorginho Mello (PSDB).

Ao se pronunciar, Gelson Merísio (DEM) disse que a construção da peça desta forma é uma

“evolução necessária”, enquanto Narcizo Parizotto (PTB) comentou que a escolha das demandas representa o sonho das famílias. Odete de Jesus (PRB) elogiou o espírito hospitaleiro de Chapecó e Décio Góes (PT) destacou a participação dos parlamentares. Para Jandir Bellini (PP), a região vai progredir com o cumprimento das reivindicações.

José Natal Pereira (PSDB) ressaltou a importância da iniciativa, e Dirceu Dresch (PT), comentou que os municípios brasileiros dispensam grande

parte de seus recursos com o déficit previdenciário. A necessidade de um novo pacto federativo foi defendida por Renato Hinnig (PMDB), enquanto o Sargento Soares (PDT) afirmou que os parlamentares estão à disposição para ouvir as demandas e lutar por elas. Segundo o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), este é um momento importante para a sociedade catarinense. O deputado Silvio Dreveck (PP) acrescentou que é, também, uma forma de fiscalização do trabalho do Executivo.

Prioridades: Escola, hospital, esgoto, segurança, sistema viário e desenvolvimento

Regional de Chapecó: Construção, ampliação e reforma da estrutura física da educação básica (OR/PPA); contorno viário leste de Chapecó (SC-156) (OR/PPA); aquisição de novos equipamentos e melhorias na infraestrutura física do Hospital Regional de Chapecó (OR/PPA).

Regional de São Lourenço do Oeste: criação do NEP (Núcleo de Educação Profissional) (OR/PPA); implantação do Hospital Regional de São Lourenço do Oeste (OR/PPA); apoio à implantação e melhoria

de Sistemas de Abastecimento de Água no Meio Rural (OR/PPA).

Regional de Xanxerê: contribuição para manutenção do hospital terceirizado (OR/PPA); conservação rodoviária (OR/PPA); implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto (OR/PPA).

Regional de Quilombo: terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-479 no trecho Formosa - União do Oeste (OR/PPA); construção de unidade da SSP (OR/PPA); realização e participação em ação

de desenvolvimento regional (OR/PPA).

Regional de Palmitos: apoio ao sistema viário municipal (OR/PPA); construção, ampliação e reforma da estrutura física da educação básica (OR/PPA); implantação, adaptação dos Centros de Referências Regionais da Saúde (OR/PPA).

Regional de Seara: ações suplementares de apoio ao desenvolvimento regional (OR/PPA) e construção e ampliação de escolas do ensino fundamental (OR/PPA).

Implantação de Hospital Regional é a principal demanda no Meio-Oeste

As regionais de Videira, Campos Novos, Concórdia e Joaçaba mantiveram a pavimentação de rodovias e os investimentos na área de saúde, como a implantação de Hospital Regional, como principais demandas escolhidas na terceira audiência pública do Orçamento Regionalizado 2008, realizada no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba, no dia 13. Das obras contempladas em 2006, apenas 8% de duas prioridades de Joaçaba estão acontecendo.

O trabalho foi coordenado pelo deputado Jorginho Melo (PSDB) que agradeceu a presença de todos e explicou a forma como a audiência acontece. “As audiências acontecem por intermédio de uma parceira entre o Legislativo e o Executivo para cumprir uma demanda legal”. Participaram desta etapa os deputados Gelson Merísio (DEM), Sargento Soares (PDT), Silvio Dreveck (PP), José Natal Pereira (PSDB), Odete de Jesus (PRB), Jandir Bellini (PP), Décio Góes (PT), Renato Hinnig (PMDB) e Pedro

Baldissera (PT).

Na ocasião, os secretários regionais foram representados por Jorge Luis Dresch, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba. “A nossa região é privilegiada. Queremos trabalhar os temas de saúde, educação e segurança pública. Vamos brigar pela nossa região, conhecida como o Celeiro Catarinense, e quanto mais recursos vierem, melhor. A questão orçamentária é importante. Às vezes todas as prioridades não são contempladas, mas temos que brigar”.



Cidade de Joaçaba quer fomentar a criação de pequenas agroindústrias

Prioridades: Agricultura, rede social, agroindústrias e energia

Regional de Campos Novos: reforma e ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Salette de Monte Carlos (OR); inserções rurais em apoio ao Prapem - Microbacias 2 (PPA); construção de unidade da SSP (PPA); implantação ou adaptações de Centros de Referências Regionais em Atendimento Hospitalar (PPA); assentamentos com moradias populares (PPA) e de acesso asfáltico de Capinzal-Campos Novos-Barra do Leão (OR/PPA).

Regional de Concórdia: auxílio a entidades municipais e privadas sem fins lucrativos de assistência (OR/PPA); construção, ampliação e conservação de rodovias (OR/PPA); construção, ampliação e reforma do ensino fundamental (OR/PPA); apoio à implantação e melhoria de sistema de abastecimento de água no meio rural (PPA); e implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário (PPA).

Regional de Joaçaba: recursos financeiros para aquisição de equipamentos para a rede hospitalar da regional (OR/PPA); construção, ampliação, reforma, melhoria da infra-estrutura da rede física da educação básica (OR/PPA); implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário (OR/PPA); fomento à implantação de pequenas agroindústrias no meio rural (PPA) e construção Unidade da SSP (PPA).

Regional de Videira: terraplanagem e pavimentação do trecho Salto Veloso - Hercílioópolis (OR/PPA); terraplanagem e pavimentação do trecho Pinheiro Preto - Iomerê - Treze Tílias (OR/PPA); alargamento da pista do aeroporto de Videira (OR/PPA); construção de unidade da SSP (PPA); construção de subestação de alta tensão (PPA) e inserções rurais em apoio ao Prapem - Microbacias 2 (PPA).

ORÇAMENTO

Fotos: Miriam Zomer



Quimioterapia e radioterapia para o hospital é urgente, segundo lageanos

Lages encerra a primeira semana de trabalhos em municípios do interior

Lages foi sede da audiência pública da região serrana sobre o Orçamento Regionalizado, realizada na tarde do dia 14, no Anfiteatro do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV). Os representantes das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Caçador, Curitibaanos, Lages e São Joaquim, apontaram a Educação como principal prioridade para a peça orçamentária de 2008. Saúde, Infraestrutura, Saneamento Básico e Saúde também foram indicadas para a inclusão no

Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

Mais atenção para a região foi o pedido do secretário de Desenvolvimento Regional de Lages, Osvaldo Uncini. De acordo com ele, esta região tem um grande diferencial, com cidades pequenas, mas de grande extensão territorial. "Queremos a atenção dos deputados voltada para o transporte escolar. As prefeituras transportam os alunos a distâncias que chegam a 200 quilômetros e recebem a mesma coisa daqueles que trafegam ape-

nas seis quilômetros no litoral". Ele sugeriu como uma das prioridades um programa para a construção de casas de madeira.

Outra demanda apresentada para a regional de Lages é a instalação do curso de Engenharia no campus da UDESC. "Esta peça vai estimular o bem estar da população, pois o futuro da região é a educação. Seja no curso superior ou na educação básica, é o melhor investimento que se pode fazer", pediu o Diretor do CAV, Adil Vaz.

Prioridades: Ensino fundamental, transporte escolar, desenvolvimento pesqueiro e rodovias

Regional de Curitibaanos: construção, ampliação e reforma do Ensino Fundamental (OR/PPA); apoio ao sistema viário municipal (OR/PPA); construção da Unidade SSP (OR/PPA); criação de Centro de Tratamento Agrícola de Curitibaanos (PPA); implantação da rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário (PPA); apoio a Programas e Projetos de Inclusão Social (PPA); construção de Centroeventos Multiuso (PPA).

Regional de Lages: transporte escolar – redimensionar, abrangendo Ensino Fundamental, Médio e Superior (OR/PPA); construção de Ginásio e quadras cobertas nas E.E.B. do

Ensino Fundamental e Médio (OR/PPA); prover o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos de equipamentos de quimioterapia e radioterapia (OR/PPA); construção e reformas de Presídio em Lages (PPA); implantação de rede de distribuição de gás natural na Serra Catarinense (PPA).

Regional de São Joaquim: ações complementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro (OR/PPA); adequação e melhoria da infraestrutura do aeroporto (PPA); recapeamento da SC-438, trecho Rio Lava Tudo-São Joaquim-Bom Jardim da Serra (PPA); construção, ampliação e reforma do ensino médio e fundamental (PPA); apoio

financeiro aos projetos de desenvolvimento da fruticultura – vitivinicultura – floricultura e vinicultura (PPA)

Regional de Caçador: inclusão no Plano Rodoviário Estadual da ligação Caçador-Timbó Grande e elaboração de projetos de pavimentação com inclusão no BID IV; acesso aeroporto (OR/PPA); conclusão das obras de reforma do Hospital Jonas Ramos (Caçador), instalação de UTI Neonatal, Telemedicina e aparelho de Tomografia Computadorizada (OR/PPA); construção de sistema de tratamento de esgoto em Caçador e demais municípios da região (OR/PPA); aumento do efetivo das polícias Militar e Civil (PPA).

Em debate, a Lei Geral da Microempresa

Muitas indagações e reivindicações têm sido feitas a respeito da nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – ou Lei do Super Simples – e para debater o assunto o deputado Dirceu Dresch (PT) organizou audiências públicas em todas as regiões do estado. Os encontros já aconteceram em Florianópolis, Chapecó e Lages, este ocorrido no dia 13. As próximas audiências irão ocorrer em Joinville, Criciúma e Blumenau, e um último debate na capital.

Da audiência pública de Lages participaram, além de Dresch, os deputados Silvio Dreveck (PP), presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembléia Legislativa, Jandir Bellini (PP), Elizeu Matos (PMDB) e Décio Góes (PT). Também esteve presente a presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Lages, Maria Elizabeth Medeiros Neves.

A maior preocupação tem sido com relação ao setor de transportes que, pela nova lei, terá taxaço maior. Empresários e caminhoneiros reclamam que a taxaço, da maneira como está sendo prevista, torna inviável para a categoria par-

ticipar do programa.

O deputado Dirceu Dresch, na conclusão da audiência pública de Lages, disse que um último encontro, a ser realizado em Florianópolis, servirá para discutir todos os encaminhamentos, em especial a questão dos transportadores. Ele propôs que essa audiência seja em conjunto com o Comitê Gestor que está trabalhando o assunto.

A lei do Super Simples, vai reunir sete impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), além do Programa de Integração Social (PIS).

Unificação

A Lei Geral da Microempresa, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final do ano passado, prevê a unificação dos tributos federais, estaduais e municipais, que passam a ser pagos por



Na avaliação de políticos e empresários, Lei do Super Simples tem vantagens, mas ainda precisa de correções

meio de apenas um documento mensal. Para se enquadrarem à nova lei, estados e municípios precisam alterar questões tributárias e rever a legislação sobre dois impostos específicos: o ICMS, de competência estadual, e o ISS, de competência dos municípios

Com as audiências, Dresch pretende possibilitar o debate amplo com lideranças públicas e empresariais sobre o funcionamento e as perspectivas de desenvolvimento econômico a partir da nova lei. O debate visa, ainda, estimular a

regulamentação do Estado e dos municípios para que os empreendedores possam ter acesso a todos os benefícios da Lei Geral, como compras governamentais, diminuição da burocracia, redução de imposto, acesso à tecnologia, entre outros.

Para cada encontro foi programada uma palestra diferente, a fim de detalhar a nova lei e fazer com que todos entendam seus benefícios e dificuldades. A primeira palestra foi proferida pelo representante do Sebrae, Ales-

sandro Machado, que explicou as modificações sofridas pela atual lei. Segundo ele, a Lei Geral é o grande instrumento de formalidade já que o Brasil possui mais de 10 milhões de empresas informais.

Em Chapecó, participaram o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o deputado federal José Pimentel (PT/CE). Em Lages, a palestra foi de Osni Blanco, consultor do Sebrae, e teve a participação de Carlos Molim, da Secretaria Estadual da Fazenda, e Cloir Dassoler, presidente da Fampesc.

INSTITUCIONAL

Programa *O Brasil em Debate* traz Lars Grael

Esportista vai falar da capacidade de superação do ser humano a partir de suas próprias experiências

Dedicação, mudança, adaptação, treinamento, liderança, trabalho em equipe, planejamento. Palavras que podem ser traduzidas em apenas uma: Superação. E é este o tema da palestra a ser proferida pelo iatista Lars Grael, a terceira do programa *O Brasil em Debate*, iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina com apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa.

O encontro com Lars Grael acontece no dia 20, a partir das 19 horas, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. As vagas estão esgotadas, mas a palestra será transmitida, ao vivo, pela TV AL (menos para Florianópolis) e pela Rádio Alesc Digital através do site <http://radio.alesc.sc.gov.br>. A TV AL pode ser acompanhada pelo site <http://tval.alesc.sc.gov.br/tval>. *O Brasil em Debate* ocorre mensalmente com personalidades de destaque nacional. Os dois primeiros palestrantes foram o jornalista Caco Barcellos e a escritora Lya Luft.

Atletas são movidos por desafios, e com Lars Grael não é diferente. As primeiras medalhas olímpicas foram conquistadas ao lado do irmão Torben. Com apenas 24 anos, Lars participou das Olimpíadas de Seul e conquistou o bronze. O resultado repetiu-se oito anos mais tarde, nas Olimpíadas de Atlanta. Somam-se a estes outros títulos importantes, entre eles: Campeão Mundial (Portugal-1983), pentacampeão Sul Americano, decacampeão Brasileiro e campeão da Semana de Kiel (Alemanha-1992).

Superação

A determinação de Lars Grael para essas conquistas foram essenciais também para superar a sua prova mais difícil: sobreviver a um acidente marítimo e se adaptar à vida sem uma das pernas. Lars não só aceitou sua nova condição como encarou com coragem os novos desafios, as mudanças de planos e objetivos, lutou contra o preconceito e partiu para novas vitórias.

O acidente ocorreu em 1998, e no ano seguinte ele batia o recorde da Regata Recife, em Fernando de Noronha. Era a retomada de uma carreira de sucesso, onde já coleciona muitos títulos, mesmo preferindo competir em provas profissionais, ao invés das destinadas a para-atletas.

UMA PALESTRA
SOBRE DESAFIOS
APRESENTADA
PELA SUPERAÇÃO
EM PESSOA.

LARS GRAEL
Esportista e medalhista olímpico
20 de junho - 19h

Auditório Antonieta de Barros da Assembléia Legislativa

O BRASIL
EM DEBATE
NA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

Ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis)
e pela Rádio ALESC Digital www.alesc.sc.gov.br

SINDECATO
dos Jornalistas
Profissionais de Santa Catarina

ASSOCIAÇÃO
CATARINENSE DE
IMPrensa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
A VONTADE DOS CATARINENSES É LEI

COMISSÕES

Paulo Bauer presta esclarecimentos na Comissão de Educação

Principal tema do encontro foi o repasse financeiro previsto nos artigos 170 e 171

O secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Paulo Bauer, compareceu à reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), na manhã do dia 6. Por meio de um requerimento, o deputado Pedro Uczai (PT) solicitou a presença do secretário na Comissão para prestar esclarecimentos sobre a situação dos repasses financeiros previstos na Lei Complementar nº 281/05, que regulamenta o artigo 170 da Constituição Estadual, bem como da situação da implementação da Lei Complementar nº 375/07, que regulamenta o artigo 171, da mesma Constituição, e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Santa Catarina.

Estavam presentes na reunião, além do presidente da comissão, os deputados professor Sérgio Grando (PPS), Silvio Dreveck (PP), Jorginho Mello e José Natal Pereira, ambos do PSDB, além do autor do requerimento, Pedro Uczai.

O artigo 170 determina o repasse de 5% ao ensino superior

do sistema Acafe, em torno de R\$ 53 milhões sobre os recursos do governo estadual. Entretanto, o governo possibilita o repasse de R\$ 38 milhões - cerca de 4% -, sendo que a Constituição não deixa claro o destino e a aplicação dos recursos, o que gera alguns problemas. Mesmo com as mudanças já ocorridas, Paulo Bauer acredita que a discussão merece ser aprofundada. Já sobre o artigo 171, o secretário considera que a questão merece uma análise muito cuidadosa, pois não é usado o valor do benefício fiscal na hora que ele é concebido, mas no momento em que retorna aos cofres. "A secretaria não tem uma posição fechada sobre o assunto. Precisamos de mais debates", ressaltou Bauer.

Índices

Questões como o percentual das bolsas contempladas para cada aluno, que em 2007 terá índices de 50% ou 100%, repasse dos recursos atrasados, formação e capacitação dos professores, expansão da Udesc e regulamen-



Eduardo Guedes de Oliveira

Secretário diz que o esforço para manter em dia as bolsas de estudo

tação dos recursos dos incentivos fiscais foram temas constantes nas considerações parlamentares. "Há casos em que um índice de 30% garante a manutenção de um aluno e ainda possibilita o acesso de outros ao curso superior", frisou Uczai. O petista sugeriu que dos atuais 30% sem destino do artigo 171, 10% sejam destinados para a Udesc e os ou-

tros 20%, para bolsas de estudos. Ele acrescentou que deseja ver cumprida a lei, com o repasse integral dos recursos previstos no artigo 170. "Precisamos cumprir a lei, mas não conseguimos fazer o repasse desse ano, pois estamos pagando o atrasado. E não queremos permitir nenhum atraso este ano, salvo razões especiais", respondeu o secretário.

Banicultores pedem ajuda do Parlamento

O presidente da Federação das Associações de Bananicultores de Santa Catarina (FeBanana), Aldo Pasold, veio à Casa Legislativa a convite da Comissão do Mercosul, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), para falar sobre o fechamento das fronteiras para a comercialização de bananas pela Argentina. Conforme Pasold, Santa Catarina produz cerca de 7 milhões de toneladas de bananas, sendo que 210 mil toneladas são destinadas à exportação. São cinco mil famílias que dependem exclusivamente do plantio da fruta e outras 20 mil famílias de atividades relacionadas. "O fechamento da fronteira por parte da Argentina está decretando a falência da bananicultura. Merecemos uma atenção maior", pediu.

Ele ainda declarou que a argumentação de existência de praga alegada pela Argentina é baseada numa publicação antiga e que diversas vezes foram feitas

pesquisas e vigilância fitossanitárias, sem que nenhuma praga fosse registrada no Estado. O presidente da Comissão afirmou que a cultura da banana está à mercê de uma questão política e merece mais cuidado. "Isso acontece todos os anos. E a cada ano que passa menos ações são tomadas", disse Nilson.

Como solução apresentada, será enviada ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, uma moção mostrando a preocupação do Estado com o assunto e outra, à União Parlamentar do Mercosul (UPM), pedindo a intervenção do órgão junto à Argentina. Uma audiência pública também será marcada para tratar do tema com a presença do secretário Estadual de Agricultura, Antônio Ceron, e de representantes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri).

CCJ analisa matérias e aprova diligências

Os deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovaram várias matérias no encontro do dia 5. A reunião foi coordenada pelo presidente da comissão, deputado Romildo Titon (PMDB), e teve a participação dos deputados João Henrique Blasi (PMDB), Marcos Vieira (PSDB), Joares Ponticelli (PP), Darci de Matos (DEM), Pedro Uczai e Padre Pedro Baldissera (PT).

Entre as matérias aprovadas está o pedido de diligência, à Secretaria Estadual de Educação e ao Deinfra, para a verificação dos documentos referentes ao Projeto de Lei 140/07, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM). O projeto autoriza o Poder Executivo a promover análise estrutural completa das escolas estaduais a cada cinco anos. A justificativa, segundo o parlamentar, é a precariedade de um grande número de estabelecimentos escolares, fato que vem sendo insistentemente denunciado em Plenário.

Outras duas diligências, desta vez ao Conselho Estadual de Educação, também foram aprovadas. Uma referente ao Projeto de Lei 22/07, da deputada Ana Paula Lima (PT), que cria Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência nas Escolas da Rede Pública do Estado. A outra, quanto ao Projeto de Lei 89/07, do deputado Narciso Parisotto (PTB), que dispõe sobre a Educação para o Trânsito nos Currículos do ensino médio em Santa Catarina.

No mesmo encontro obteve aprovação o Projeto de Lei 147/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que trata da obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), que permite indenização às vítimas de acidentes de trânsito.

Saúde aprova projeto para idosos

O projeto de lei apresentado pelo deputado Cezar Souza Júnior (DEM), que define alguns procedimentos relativos à saúde dos idosos, foi aprovado na reunião do dia 5 da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB). A proposta prevê a obrigatoriedade do governo do Estado na criação de unidades com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social. As unidades de saúde no Estado deverão dispor de pelo menos um médico geriatra. Os hospitais da rede pública também deverão oferecer leitos, ambulatórios e consultórios destinados exclusivamente aos idosos, que ainda terão prioridade na marcação de exames, transplantes e cirurgias.

Góes pede informações ao TCE

O deputado Décio Góes (PT) encaminhou à Comissão de Finanças um requerimento solicitando informações ao Tribunal de Contas do Estado sobre a estimativa de renúncia fiscal apresentada pelo governo do Estado para 2008, no valor de R\$ 2,3 bilhões, e quais as medidas de compensação, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. O parlamentar questiona a justificativa do Executivo de que a compensação de renúncia se dará através de esforço fiscal com e execução de uma administração tributária eficaz, com ações como inadimplência zero, monitoramento, setorização, orientação e prevenção, simplificação e automatização de serviços.

O deputado Renato Hinnig (PMDB) explicou que todos os dados do governo neste sentido, seja por decreto ou projeto de lei, vêm sempre acompanhados em sua justificativa das medidas de compensação que o Estado irá praticar para atender a exigência legal. "O Tribunal de Contas do Estado não terá essa informação matemática e precisa, como quer o deputado Décio Góes, porque se trata apenas de uma estimativa para o Orçamento de 2008", afirmou Hinnig.

PLENÁRIO

Projeto cria o selo do biocombustível catarinense

O Projeto de Lei nº 192/07, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), foi apresentado na sessão plenária do dia 5. A proposta é instituir o selo de qualidade dos biocombustíveis produzidos pelos pequenos agricultores catarinenses. Denominado SC-Bio, o selo integra o conjunto de projetos já apresentados por Uczai com o objetivo de criar uma política de incentivo à produção, industrialização e comercialização de biocombustíveis no estado.

Uczai defende uma política voltada para os pequenos agricultores, em que a produção de alimentos continue sendo a principal atividade. "Não podemos cair no mesmo erro das décadas de 70 e 80, quando milhares de agricultores inundaram suas propriedades com cana-de-açúcar e depois tiveram grandes prejuízos. Os biocom-



Eduardo Guedes de Oliveira

Uczai: "produção de alimentos deve continuar como principal atividade"

bustíveis devem ser considerados mais uma forma de diversificação, de agregação de valor à atividade", defendeu o parlamentar.

O projeto estabelece critérios para a emissão do selo. Entre eles, que a capacidade máxima de

produção de biocombustível não exceda 30 mil litros por dia, que seja utilizada mão-de-obra familiar, que a propriedade tenha cultivos diversificados, onde a produção para biocombustíveis não ultrapasse 50% da área cultivável.

Deputados visitam hospital



Blasi: igualdade de condições

Ao ocupar a tribuna na tarde de hoje (5), o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), comentou a visita à sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) realizada no dia 31 de maio, no Rio de Janeiro. O encontro, que contou com a participação do secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, e outras autoridades, teve como propósito a entrega de um relatório sobre o Estado.

De acordo com o parlamentar, essa iniciativa coloca Santa Catarina em igualdade de condições com os outros estados do Brasil na briga para sediar a Copa do Mundo de 2014. "O material foi elaborado pela Secretaria e possui um conteúdo de qualidade habilitando a cidade de Florianópolis e o estádio Orlando Scarpelli para sediar parte do evento", observou.

Instituído o Dia do Conselheiro Tutelar

O dia 27 de outubro passa a fazer parte do Calendário Oficial como o Dia do Conselheiro Tutelar em Santa Catarina. A iniciativa foi da deputada Odete de Jesus (PRB), autora do Projeto de Lei nº 141/07, aprovado na sessão plenária do dia 5. A parlamentar explica que o Conselho Tutelar tem como sua principal e nobre função estar sempre à disposição da comunidade quando a rede de atendimento governamental e não governamental não funciona. "O Conselheiro Tutelar atende os casos de sua responsabilidade e orienta as vítimas para que saibam a quem deve recorrer e como podem acionar o serviço



Odete: homenagem merecida

de atendimento. O projeto vem homenagear esses profissionais em face de sua importância para a sociedade catarinense", destacou.

SC na Copa de 2014



Hinnig: centro de referência

Na manhã do dia 5 os deputados Renato Hinnig (PMDB),

José Natal Pereira (PSDB) e Jailson Lima (PT) visitaram o Hospital Santa Tereza, em Santo Amaro da Imperatriz, para verificar as condições de uso da instalação. Eles acompanharam o secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem, que está estudando a proposta de instalação de um Centro Neurológico de Referência nessa unidade hospitalar. O deputado Antônio Aguiar (PMDB) também informou que o Estado liberou recursos de R\$ 60 mil para a Maternidade Sagrada Família, de São Bento do Sul.

[GABINETES]

8º PRÊMIO ADJORI/SC

A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC – premiou o melhor site, as melhores peças de publicidade e as melhores produções jornalísticas no 8º Prêmio Adjori/SC de Jornalismo. A sessão solene de premiação foi realizada no sábado, dia 2 de junho, em Laguna.

A deputada Ada De Luca (PMDB) prestigiou o evento, que consagrou o crescimento do jornalismo impresso no interior do Estado. A parlamentar entregou a Medalha de Prata do Prêmio Pena de Ouro Publicidade para o Jornal de Pomerode.

Concorreram ao prêmio 200 produções jornalísticas, 61 materiais publicitários e 18 sites. Os 21 troféus de primeiro lugar ficaram com 14 jornais de publicação diária ou semanal. Durante a solenidade, o presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, destacou a importância do investimento na mídia regional. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

HOMENAGEM DA AL

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) registrou o falecimento da irmã Eva Michalak, 94 anos, ocorrido no dia 31, no município de Rodeio, onde morava no Convento das Irmãs Franciscanas. Em março deste ano ela foi escolhida, pelo parlamentar, para receber a Medalha de Honra e Mérito Dia Internacional da Mulher. A irmã Eva reuniu uma das maiores coleções de plantas medicinais e frutíferas de SC. Além de sua atuação, ficamos também sem seus profundos conhecimentos sobre a natureza e suas propriedades curativas. A homenagem foi mantida e será feita de forma póstuma no dia 9 de julho, na Assembléia Legislativa.

Apesar dos vários registros feitos pela própria irmã e por estudiosos que a entrevistaram, Padre Pedro teme que os conhecimentos acumulados por ela sejam perdidos. Irmã Eva nasceu em 12 de julho de 1912, na região de Rodeio. Sua família veio do Tirol (região de fronteira entre Itália e Áustria) para o Vale do Itajaí em 1895. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL

Instalação de unidades do Programa de Inclusão Digital Beijaflor nos municípios de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Laguna e Braço do Norte estão sendo sugeridas pelo deputado Genésio Goulart (PMDB) ao secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Antônio Ceron. A importância da inclusão digital no setor agropecuário e as metas definidas pela Secretaria em relação ao programa justificaram a apresentação da matéria.

Segundo o parlamentar, o Programa une tecnologia e cidadania, estabelecendo um meio e um canal de comunicação mais estreito com as comunidades, possibilitando inserção, inclusão digital e social para essas pessoas. O programa está presente em 63 municípios catarinenses, sendo coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e pelo Instituto Cepa/SC e conta com diversos parceiros em nível federal, estadual e municipal. (Kélen Bardini, assessora do deputado Genésio Goulart)

DEMARCAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS

O deputado Dirceu Dresch (PT) participou no dia primeiro, em Chapecó, do ato em prol dos agricultores familiares que pedem a anulação do decreto de demarcação das reservas indígenas no Oeste do Estado. O deputado acredita que a correção de injustiças do passado não pode se transformar em injustiças no presente. Dresch defende que o Ministério Público Federal, que está pressionando o Ministério da Justiça pela demarcação, possibilite a substituição das áreas pretendidas por outras terras, evitando a desapropriação de várias propriedades agrícolas adquiridas de boa-fé do Estado por agricultores, em sua maioria, familiares. O envolvimento do governo do Estado na questão também vem sendo cobrado pelo deputado, uma vez que foi o Estado quem vendeu aos primeiros colonizadores as terras que hoje estão sendo contestadas. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

COMUNIDADE

IV Mostra do Fórum do Maciço: sensibilizar para preservar o meio ambiente

Trabalho é desenvolvido por estudantes da comunidade e visa melhorar as condições de vida das famílias

Tatiani Magalhães

Na Semana do Meio Ambiente, a Assembléia Legislativa recebeu a exposição realizada pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Aberta ao público, a IV Mostra do Maciço foi organizada na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, no hall de entrada da Casa, espaço que entre os dias de 4 a 7 de maio foi tomado por trabalhos de colagens, desenhos, fotografias e montagens elaborados principalmente com materiais reciclados.

Mais do que apresentar aos visitantes os trabalhos na área ambiental desenvolvidos pelos alunos das nove escolas de educação básica e quatro centros de educação infantil da rede pública estadual de ensino que integram o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a mostra visa disseminar junto à sociedade o que está sendo feito em prol da preservação em busca de um mundo melhor e com qualidade de vida. O projeto tem a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e conta ainda com o apoio do Laboratório de Análise Ambiental da UFSC (LAAM), responsável por estudos que visam suprir as necessidades existentes com relação ao meio ambiente.

De acordo com Cinara Trindade, do Projeto Sala Verde, que conta com o apoio de cinco escolas, e do Projeto Água de Beber, que tem a colaboração de outras duas instituições de ensino, o Fórum é o idealizador e organizador da mostra. "Este já pode ser considerado um movi-



Fotos: Solon Soares

Maquetes, colagens, fotos e desenhos mostraram o Morro do Maciço do ponto de vista das crianças

mento social importante e que atualmente vem ganhando força na sociedade. O trabalho conta com a participação de comissões específicas como de educação e meio ambiente, entre outras, que contribuem para a execução das atividades planejadas", comentou Cinara.

Visão crítica

Ela explicou que o *Sala Verde* fomenta a integração interinstitucional e o desenvolvimento de projetos e ações de transformação socioambientais por meio da promoção de atividades e eventos educacionais. O mesmo ocorre com o *Água de Beber*, sendo que, neste caso, o foco é

a preservação dos mananciais hídricos.

Diante de tantos problemas ambientais, o estímulo à preservação é fundamental para que os bens naturais sejam conservados. "Principalmente entre as crianças e os adolescentes, que vão herdar o planeta em condições já muito precárias", observou.

Cinara contou que as escolas têm realizado estudos e projetos voltados para essa questão, mostrando inclusive os problemas sociais relacionados. "Trabalhamos os conceitos e o conhecimento de uma forma crítica para que as crianças tenham outros valores e atitude com relação ao meio ambiente e ao espaço em que vivem", disse.

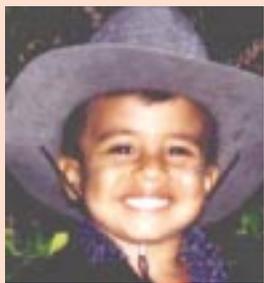


Interesse despertado pelos visitantes entusiasmou os organizadores

Participantes do Fórum do Maciço do Morro da Cruz

EEB Jurema Cavallazzi
EEB Celso Ramos
EEB Hilda Theodoro Vieira
EEB Lauro Müller
EEB Lúcia do Livramento Mayvorne
EEB Padre Anchieta
EEB Antonieta de Barros
EEB Henrique Stodieck
EEB Silveira de Souza
CEI Anjo da Guarda
CEI Cristo Redentor
CEI Mont Serrat
CEI Nossa Senhora de Lourdes

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Carlos Eduardo Lima da Silva
Nascido em 04/10/2000
Desaparecido em 04/10/2004
Cidade: Goiânia - GO



Jefferson Antônio da Silva
Nascido em 01/09/1991
Desaparecido em 23/04/2002
Cidade: Recife - PE



Geane Paola Rosa da Silva
Nascida em 26/07/1992
Desaparecida em 06/03/2007
Cidade: Florianópolis - SC



Milena Menezes de Almeida
Nascida em 18/11/1998
Desaparecida em 17/05/2007
Cidade: Porto Alegre - RS